

FALE COM A GENTE!

Editor: Leopoldo Figueiredo
E-mail: portomar@atribuna.com.br
Telefone: 2102-7269

Cargueiro é liberado para deixar o Porto
Após resultados negativos para covid-19 nos exames de dois tripulantes, o graneleiro Bárbara foi liberado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

PORTO & MAR

Autoridade do Porto prevê novos recordes

Diretor-presidente da empresa que gere o cais santista, Fernando Biral acredita que a movimentação de cargas vai seguir em alta

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

O Porto de Santos está prestes a bater mais uma marca durante a pandemia de covid-19. A movimentação de cargas segue em alta em maio e, com isso, devem ser registrados novos recordes operacionais no mês e no ano. As projeções também são otimistas com relação aos novos arrendamentos de terminais, previstos para agosto, além da realização de obras e da geração de empregos no cais santista.

É o que garante o diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Fernando Biral. Ontem, ele e o diretor de Operações da estatal, Marcelo Ribeiro de Souza, e o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação, Bruno Stupello, foram recebidos na sede do Grupo Tribuna pelo diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini, além da editora-chefe de A Tribuna, Armin da Augusto, e do editor de A Tribuna On-Line e do G1 Santos, Alexandre Lopes.

Segundo os executivos, até ontem, mais de 8,5 milhões de toneladas de mercadorias haviam sido movimentadas no Porto de Santos desde o início de maio, mesmo diante da crise causada pela pandemia de covid-19. O recorde histórico de operações no mês é de 11,7 milhões de toneladas.

Ribeiro aponta a expectativa de recordes, principalmente diante da alta demanda do agronegócio. "É claro que a operação de granel é muito impactada pela chuva. Mas as projeções têm mostrado que, provavelmente, vamos bater a marca de maio. Se fizermos mais de 12 milhões de tone-

LIBERAÇÃO

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, confirmou ontem, durante live do ministério, que o contrato de renovação antecipada da Malha Paulista deve ser assinado na próxima semana. Isso acontece após o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, rejeitar todos os questionamentos levantados pela área técnica da Corte para que o andamento do aditivo fosse suspenso.

ladas, vamos abrir uma frente de 5 ou 6 milhões de toneladas em relação a esse mesmo período de 2019".

Já segundo Stupello, a pandemia poderá afetar as operações no segundo semestre. Mas, se isto acontecer, o impacto ficará retido à movimentação de caixas metálicas. "No contêiner, o segundo semestre, normalmente, é melhor que o primeiro. Então, pode ter uma segurada, mas o indicativo do granel agrícola é de continuar alta a movimentação no segundo semestre".

NOVAS APOSTAS

Para Biral, o ano será de renovação de apostas no Porto de Santos. "A gente vai ter a licitação de celulose, que deve ser bastante disputada. Vai ser um mar-

co e aumentar a capacidade de movimentação, além de contribuir com mais recordes", destacou o diretor-presidente da Autoridade.

O executivo se refere aos leilões, previstos para acontecer no dia 28 de agosto, de dois terminais de celulose no cais santista, na área anteriormente ocupada pelo Grupo Libra, no Macuco e na Ponta da Praia. As estimativas do Ministério da Infraestrutura apontam que as outorgas devem girar em torno de R\$ 110,9 milhões. Com as instalações, o Porto de Santos terá mais de 248,8 mil toneladas de capacidade de armazenamento de celulose.

Além disso, juntos, os dois terminais terão capacidade para movimentar cerca de 5 milhões de toneladas de celulose por ano. Este é o dobro da demanda verificada em 2019.

"Agente pretende estabelecer as bases para continuar expandindo a capacidade do Porto. Para a gente, é desenvolvimento econômico, geração de renda. Santos precisa continuar sendo o principal polo portuário do País, além de trazer um hub de contêineres de longo curso", afirmou.

Entre esses investimentos, está o leilão de um grande terminal de contêineres no Sabão. Com estudos em andamento, o projeto deve levar cerca de 18 meses para virar realidade.

Enquanto isso, a Autoridade Portuária aposta na entrada em operação do terminal da Hidrovias do Brasil no cais santista, que também deve gerar empregos na Cidade. Ele foi leiloado em agosto do ano passado e rendeu ao governo R\$ 112,5 milhões em outorgas.



Dirigentes da Autoridade Portuária de Santos foram recebidos ontem à tarde na sede do Grupo Tribuna

Dirigente destaca agilidade em pagamento

■ A Autoridade Portuária de Santos, novo nome da Companhia Docas do Estado de São Paulo, a Codesp, vai encaminhar ao Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) valores de indenizações de trabalhadores avulsos afastados por causa da pandemia de covid-19. A ideia é evitar pedidos de reequilíbrio econômico de contratos e garantir repasses mais ágeis aos portuários.

O ressarcimento foi regulamentado com a Resolução nº 77 da Autoridade Portuária. O regramento considera a Portaria nº 46 do Ministério da Infraestrutura, que possibilita à administração do porto o reembolso por intermédio do Ogmo.

Para que isto aconteça, será necessária a assinatura de convênio entre a Autori-

dade Portuária e o Ogmo, além de acordos entre a estatal com arrendatários e operadores portuários.

"A possibilidade do pagamento direto torna o repasse dos valores mais ágil", afirma o presidente da Autoridade Portuária, Fernando Biral.

De acordo com a resolução, o Ogmo encaminhará à Autoridade Portuária, até o 10º dia de cada mês, relatório acompanhado de comprovantes do valor pago aos trabalhadores. Também deverá informar o valor arrecadado de cada arrendatário e operador portuário para o pagamento.

REPASSE

O ressarcimento será depositado em conta bancária de titularidade do Ogmo até o 15º dia de cada mês.

Em até cinco dias úteis, o Ogmo repassará, aos arrendatários e operadores, os valores depositados pela Autoridade.

A indenização foi prevista na MP do Governo Federal. Segundo a norma, trabalhadores avulsos com mais 60 anos ou que tenham doenças enquadradas no grupo de risco para covid-19 devem ser afastados do trabalho. Portuários que tenham sintomas ou parentes contaminados também estão sujeitos ao afastamento.

O documento prevê que, na pandemia, o trabalhador impedido de atuar receberá verba mensal que corresponde a 50% da média da remuneração bruta recebida entre outubro do ano passado e março deste ano. (FB)